

APP-Sindicato: Av. Iguaçu, 880 - Rebouças - Curitiba - Paraná - CEP 80.230-020 - Fone: (41) 3026-9822 / Fax: (41) 3222-5261 | Site: www.appindicato.org.br | Facebook: @appindicato • Presidente: Walkiria Olegário Mazeto
Secretária de Comunicação: Daniel Nascimento Matoso | Secretária Executiva de Comunicação: Cláudia Gruber | Jornistas: Fabiane Burmester (DRT 4305-PR), Gelinton Batista (MTB 8027-PR), João Paulo Nunes Vieira (DRT 11792-PR) e Luis Lomba (99667/92 - RJ). Diagramador: Rodrigo Romani (DRT 7756-PR) | Assistente Técnico: Luan P. R. de Souza.

Nº 1434

14 de maio de 2025

Racismo contra parlamentares negras evidencia abolição inacabada e desafios da luta antirracista

Mulheres negras em posições de liderança denunciam ataques e ameaças recebidas ao ocuparem espaços de decisão e comentam a importância da educação para combater o racismo

“Negra suja, macaca fedida, vagabunda e sem vergonha”. Essa é apenas uma das frases recebidas por uma mulher negra em uma série de ataques racistas motivados por sua cor da pele, por ser mulher e por ocupar um cargo político. As ofensas, que incluem até ameaça de morte, expõem os níveis extremos de violência enfrentados pela população negra no Brasil e evidenciam as razões pelas quais o movimento negro considera 13 de maio como dia da abolição inacabada.

Embora costumeiramente a população brasileira associe o dia 13 de maio de 1888 como dia da abolição da escravidão no Brasil, devido à assinatura da Lei Áurea nessa data, o Movimento Negro Unificado (MNU) entende que esse ato representa, na verdade, uma falsa abolição, já que 137 anos depois, a população negra ainda sofre com as desigualdades geradas a partir da escravidão.

Apesar de representarem a maioria da população do país, pessoas negras são minoria nos espaços de poder e decisão e, quando chegam nestes lugares, são vítimas de campanhas de ódio e difamação, chegando ao ápice de ameaças de morte apenas por representar essa parcela da população.

Um dos casos mais recentes é o da vereadora de Pinhais, Edna Sousa, mais conhecida como Miss Preta (PT), que desde março deste ano tem sido vítima de uma campanha de ódio, onde os algozes atacam principalmente sua raça e seu gênero, ignorando sua representação à população negra, a qual a elegeu democraticamente.

Sendo a vereadora mulher eleita mais votada da história cidade, com 1608 votos, a parlamentar viu a sua vida virar de cabeça para baixo após receber ciberataques com ameaças de morte.

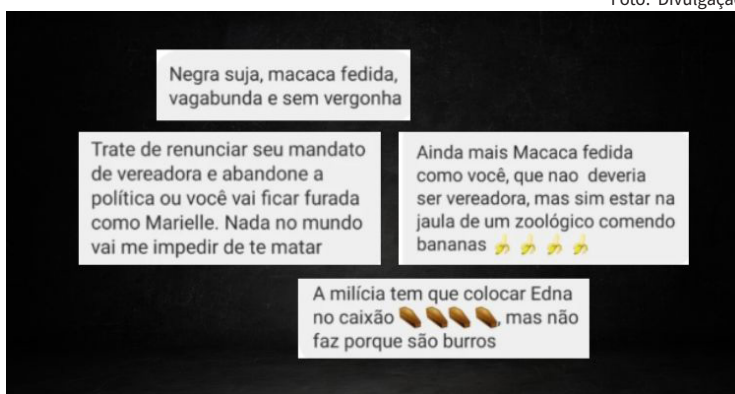
A legisladora foi ouvida pela primeira vez na delegacia da cidade no dia 21 de março e fez um boletim de ocorrência por conta dos ataques. Ninguém foi preso até o momento.

Outra parlamentar que acumula uma série de ataques racistas recebidos pela internet é a professora e deputada federal Carol Dartora (PT). As ameaças tiveram início em 2020, após ter sido eleita a primeira vereadora negra da história de Curitiba. Dois anos depois, quando foi eleita à Câmara federal, novos ataques com ofensas racistas e ameaças de morte chegaram nas redes sociais e na caixa de mensagens de Dartora.

Pesquisa

Pelo levantamento realizado pelo Instituto Marielle Franco, com apoio da Terra de Direitos e

Foto: Divulgação



Mulheres negras em posições de liderança denunciam ataques e ameaças recebidas ao ocuparem espaços de decisão e comentam a importância da educação para combater o racismo. Embora costumeiramente a população brasileira associe o dia 13 de maio de 1888 como dia da abolição da escravidão no Brasil, devido a assinatura da Lei Áurea nessa data, o Movimento Negro Unificado (MNU) entende que esse ato representa, na verdade, uma falsa abolição, já que 137 anos depois, a população negra ainda sofre com as desigualdades geradas a partir da escravidão.

a ONG Justiça Global, em 2020, 78% das candidatas negras relataram ter sofrido ataques virtuais durante o período eleitoral. A pesquisa reforça a necessidade de políticas públicas de promoção da igualdade racial na política, além de um avanço na investigação e punição dos responsáveis.

A secretária de Promoção de Igualdade Racial e Combate ao Racismo da APP-Sindicato, Celina Wotcoski, aponta que neste 13 de maio, é necessário questionar onde está a abolição, já que, quando uma pessoa negra chega a um espaço de poder, sua atuação é questionada, sob pena de ataques incessantes.

A APP reafirma que a virulência dos ataques é reflexo de uma sociedade que ainda não superou seu histórico racista e fecha os olhos aos problemas que a falta de políticas reparatórias trouxeram ao país. É preciso lutar para que a educação seja uma força aliada nessa luta, aproveitando a segurança que o espaço escolar oferece para desconstruir o racismo impregnado na sociedade brasileira.

Racismo é crime

Pela legislação brasileira, o racismo é definido como um crime contra a coletividade e a injúria quando é direcionada ao indivíduo. O racismo é crime inafiançável e imprescritível e a injúria racial também é tipificada como crime de racismo. A pena prevista é de dois a cinco anos de reclusão e multa.

Totalmente gratuito, anônimo e de ligação gratuita, o serviço é oferecido em diversas plataformas. Além de ligação telefônica pelo número 100, é possível acessar pelo WhatsApp (61) 99611-0100, pelo Telegram (digitar “direitoshumanos-brasil” na busca do aplicativo) e pela internet, na página da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, no site do MDHC.

PSS: mesmo com 10 mil educadores aguardando convocação, governo abre PSS emergencial

Professores e pedagogos têm até o dia 18 de maio para realizar a inscrição no Edital Complementar nº40/2025 para a contratação emergencial para o Processo Seletivo Simplificado (PSS).

Segundo o edital, a convocação será composta de duas fases, sendo a primeira a apresentação e comprovação de documentos e a segunda a contratação condicionada à existência da vaga. A classificação final será divulgada no dia 30 de maio, após às 16h.

Os educadores interessados deverão realizar as inscrições no site do PSS e o resultado será divulgado na mesma plataforma.

Segundo o coordenador do Departamento de PSS da APP-Sindicato, Élio da Silva, mesmo não sendo o ideal, o modelo sem prova é o defendido pela APP-Sindicato. “Nós defendemos que o PSS não tenha custo e nem prova, seja através de titulação e tempo de serviço no estado”.

Élio aponta que a APP acompanha o processo de perto e ressalta que o governo tem condições de chamar os mais de 10 mil educadores aprovados no concurso, além do número mínimo que a gestão tem convocado. A APP está estudando as medidas para o governo chamar todos os aprovados.

O dirigente reafirma que a defesa da APP é pelo ingresso de educadores aprovados em concurso, ressaltando a carreira e a valorização profissional que contribuem para a qualidade da educação.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL EXTRAORDINÁRIA DAS/ OS TRABALHADORAS/ES EM EDUCAÇÃO PÚBLICA DA REDE MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

O presidente do Núcleo Sindical Metropolitana Norte de Curitiba da APP-SINDICATO, no uso de suas atribuições estatutárias resolve convocar as/os trabalhadoras/es em educação pública da rede municipal de educação do Município de Campo Magro - PR, para participarem da Assembleia Municipal extraordinária a ser realizada no dia 19/05/2025, às 18h15 (dezoito horas e quinze minutos) em primeira convocação e às 18h45 (dezoito horas e quarenta e cinco minutos) em segunda convocação no Barracão da Igreja São José Operário, Estrada do Cerne (PR 90), km 15. Jardim Viviane, nº15120, ao lado da escola José Valenga, no município de Campo Magro - PR, a fim de deliberar acerca das seguintes pautas: 1) Audiência com a gestão municipal a realizar-se em 29/05/2025; 2) Parecer financeiro primeiro quadrimestre 2025; 3) Comissão para revisão do PCCVS Magistério / participação da APP Metronorte; 5) Hora atividade; 6) Profissionais da Educação Infantil/ Horas extras; 7) Auxílio Alimentação; 8) Informes.

Vandré A. Benedito da Silva
Presidente do Núcleo Sindical Metropolitana Norte